

Estudo Técnico Preliminar 67/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 60584.001401/2023-90

2. Descrição da necessidade

Agenciamento de Passagens

2.1. Este documento apresenta os Estudos precursores que tem por objetivo identificar e analisar os meios para melhor atendimento das necessidades desta Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD, que é o transporte de integrantes do Ministério da Defesa em viagens aéreas em missões institucionais no âmbito nacional e internacional, baseando-se essencialmente pela segurança jurídica da contratação, como também assegurar a viabilidade técnica e econômica da mesma, e por fim concluir com argumentos objetivos o embasamento do Termo de Referência Digital, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa CGNOR nº 81/2022, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, da Instrução Normativa SLTI/MPDG/SG nº 5/2017 e demais legislações pertinentes ao assunto.

2.2. A presente contratação tem por finalidade a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de agenciamento de viagens, sob demanda, compreendendo: assessoria, cotação, reserva, emissão, alteração, cancelamento e reembolso de passagens aéreas em voos nacionais e internacionais, bem como emissão, cancelamento e reembolso de seguro assistência em viagem internacional, a fim de atender às demandas da Administração Central do Ministério da Defesa.

2.2.1. Os serviços prestados para este Ministério de Estado de Defesa encerram-se no dia 31 de janeiro de 2024, onde não é mais possível sua prorrogação, nos termos da Lei, e diante da suspensão do sistema de aquisições direta de passagens aéreas, faz-se necessária a instauração de um novo procedimento licitatório para a contratação de serviços de agenciamento de viagens, baseado nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.3. A contratação de empresa para realização de **agenciamento de viagens, por demanda, compreendendo os serviços de assessoria e pesquisa, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo as cotações e emissões de seguros de assistências em viagens internacionais**, com proposta de "taxa de agenciamento" que será realizada na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU - Lei nº 14.133/2021, deste modo, a **necessidade da contratação tem o objetivo de atender servidores civis e militares que necessitem deslocar-se entre trechos nacionais e internacionais para as realizações de suas respectivas atividades regimentais, bem como atender o Senhor Ministro de Estado de Defesa.**

2.4. A empresa a ser contratada precisa ser especializada em prestar serviços de agenciamento de viagens para a aquisições de passagens aéreas, incluindo a franquia de bagagens de mão de até 10kg (dez quilogramas), medindo até 55 cm X 35 cm x 25 cm (A x L x P), incluindo alças, rodinhas e bolsos externos.

2.5. A natureza do objeto a ser licitado neste certame enquadra-se na categoria de agenciamento de passagens, no âmbito do território nacional e internacional, incluindo seus respectivos serviços, deve ser enquadrada como **bens e/ou serviços comuns**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme inciso XIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021 e deve seguir o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Verifica-se a necessidade da vigência inicial da contratação ser de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.7. Os serviços possuem **natureza continuada**, sendo indispensável seu fornecimento para a execução de suas atividades regimentais, tendo em vista que a Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD não dispõe de recursos humanos para o atendimento desses serviços, tornando-se necessária uma futura contratação desta natureza, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, em termos de economicidades e eficiência, considerando este Estudo Técnico Preliminar.

2.7.1. O objetivo da contratação possuir natureza continuada tem em sua essencialidade, assegurar o bem comum quanto ao interesse público decorrente dos benefícios constantes adquiridos dos resultados pretendidos, assegurar a integridade do patrimônio público de forma permanente para atendimento à população brasileira, contribuir para a manutenção da soberania nacional, a integridade territorial, a promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável, manter o funcionamento das atividades finalísticas do Ministério da Defesa - MD e de suas atividades regimentais, de modo que a sua interrupção pode comprometer o cumprimento das missões institucionais da Administração Pública Federal, e a sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

2.7.2. Destaca-se, ainda, que a essencialidade dos serviços regimentais serem de natureza continuada, é configurada pela necessidade de a atividade a ser prestada mediante a contratação de terceiro de modo perene com a finalidade de assegurar de forma rotineira e permanente o funcionamento das atividades finalísticas da Administração Central do Ministério da Defesa - AC /MD, de modo que a sua interrupção comprometerá as prestações dos serviços públicos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COAP - NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL	WELBER CURCINO DOS SANTOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa agenciadora de viagens deverá ser reputada, ter flexibilidade na prestação de serviços e ter notória capacidade gerencial resultantes da alta especialização de seus departamentos de compras, buscando otimizar a eficiência no mercado de serviços de forma a oferecer soluções mais adequadas à finalidade específica de cada viagem.

4.2. A empresa deverá possuir experiência em serviços de agenciamento de viagens, sob demanda, compreendendo os serviços de reserva, emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes aéreos em voos nacionais e internacionais e seguro de viagem internacional.

4.3. A experiência deverá ser comprovada por um ou mais atestados, admitida a somatória de prazos não concomitantes, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.4. Será nula, sem qualquer indenização, a contratação de empresas que:

4.4.1. Haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação até o colateral de quarto grau e ascendentes e descendentes em qualquer grau.

4.4.2. Haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com autoridade hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão ou entidade.

4.5. O licitante deverá estar inscrito no sistema eletrônico "COMPRAS.NET", no site www.comprasnet.gov.br.

4.6. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	O SERVIÇO COMPREENDE:
	1	Agenciamento e emissão de bilhete de Passagem Aérea Nacional.	Assessoria e pesquisa, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento.
	2	Emissão de bilhete de Passagem Aérea Internacional.	Assessoria e pesquisa, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento, incluindo as emissões de seguros de assistências em viagens internacionais.
	3	Repasse - Passagem Aérea Nacional.	Valores das tarifas aeroportuárias (compreendendo a taxa de embarque), e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração,

1			cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos nacionais adquiridos
	4	Repasse - Passagem Aérea Internacional.	Valores das tarifas aeroportuárias (compreendendo a taxa de embarque), e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos internacionais adquiridos
	5	Repasse - Seguro de Assistência para emergência e urgência em viagens Internacionais (Executivo e Competições Esportivas).	Valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados.

4.6.1. Os serviços de agenciamento somente poderão contemplar os voos das companhias aéreas credenciadas quando houver algum impedimento para aquisição direta pelos órgãos e entidades ou em situações emergenciais devidamente justificadas.

4.6.2. Para fins eminentemente operacionais relacionados à execução orçamentaria e financeira da Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD, particularmente nas atividades vinculadas ao empenho, pagamento e liquidação das despesas, o lote único também será composto de itens referentes aos repasses dos valores das tarifas aeroportuárias (compreendendo a taxa de embarque), e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos nacionais e internacionais adquiridos e ao repasse dos valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados, conforme discriminado acima.

4.7. Requisitos sobre os destinos:

4.7.1. Passagens aéreas nacionais: Será informado conforme a necessidade e especificidade das respectivas atividades regimentais.

4.7.2. Passagens aéreas internacionais: Será informado conforme a necessidade e especificidade das respectivas atividades regimentais.

4.8. Requisitos sobre emissão das passagens:

4.8.1. Este tipo eventual de despesas contemplará, somente, os gastos com a emissão das passagens e das respectivas taxas aeroportuárias destinadas ao cliente, para alocação dos servidores nos locais definidos pela Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD.

4.8.2. A Contratada será notificada formal e previamente pela Contratante, por meio de Ordem de Serviço - OS, que será anexo do Termo de Referência que será o documento oficial emitido pela Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD, solicitando a emissão das passagens, somente quando necessário.

4.8.3. Requerendo a emissão da passagem aérea (ida e volta), conforme Ordem de Serviço - OS, com antecedência máxima de 48 (quarenta e oito) horas.

4.8.4. Requerendo a aquisição dos serviços das passagens aéreas, dentro da conveniência dos horários definidos pela Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD, observando o princípio da economicidade (passagens com menor preço) para a Administração Pública e dentro do limite de valor definidos pela Contratante, no **prazo máximo estipulado na Ordem de Serviço**.

4.8.5. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de sua incúria, caso deixe de atender as solicitações requeridas pela Contratante, para a contratação dos serviços de deslocamento.

4.8.6. Os valores do repasses referentes a emissão das passagens e suas respectivas taxas aeroportuárias, somente, serão pagos pela Contratante à Contratada mediante a apresentação da Nota Fiscal - NF da compra das passagens aéreas e a emissão da Nota Fiscal - NF da empresa Contratada referente aos serviços de deslocamento prestados, justamente com a Ordem de Serviço - OS recebida pela empresa Contratada, atestada pelo Fiscal do Contrato formalmente designado pela Contratante, em sua ocorrência, assim que apresentada a Contratada.

4.9. Requisitos sobre emissão o seguro de viagem:

4.9.1. Os seguros tem as categorias de acordo com o destino, ainda, são os específicos para a Europa, América Latinas e demais países, e os valores já são pré-fixados pelas operadoras.

4.9.2. Os seguros deverão contemplar, **no mínimo**, os seguintes aspectos:

Coberturas mínimas do seguro:
Despesas Médicas Hospitalares e/ou Odontológicas em Viagem Internacional por Evento
Despesas Médicas Hospitalares por COVID 19 em Viagem Internacional
Despesas Médicas Hospitalares e/ou Odontológicas por Prática de Esporte por Evento
Despesas Farmacêuticas
Regresso Sanitário
Translado de Corpo
Translado Médico
Acompanhamento ao Usuário Segurado Hospitalizado
Hospedagem em Hotel após Alta Hospitalar
Retorno do Segurado
Acompanhamento de Menor e/ou Idoso
Compensação por Atraso de Bagagem
Reembolso em Atraso ou Cancelamento de Voo (acima de 6 horas)
Bagagem complementar
Cancelamento/Interrupção de Viagem - Plus Reason ou Alteração de Viagem
Morte Acidental em Viagem
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente em Viagem
Assist. Jurídica por Acidente de Trânsito
Auxílio / Intermediação no Envio de Valores para Fiança Judicial
Auxílio / Intermediação na Transferência de Fundos
Auxílio na Localização de Bagagem
Auxílio em Caso de Perda ou Extravio de Documentos
Emissão de Carta de Schengen ou Garantia
Extensão de Vigência por Razões Médicas

4.10. Critérios de sustentabilidade

4.10.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, uma vez que os objetos constantes neste processo não há normas aplicáveis, não há previsão no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 6ª edição, revista, atualizada, ampliada – setembro/2023, não há previsão e/ou enquadramento nas legislações pertinentes e não existem no mercado bens e/ou serviços viáveis com critérios de sustentabilidade.

4.11. Os Códigos do Catálogo de Serviços (CATSER) foram conferidos e ratificados e que atendem integralmente as características do objeto ora licitado. Entretanto, não constam no catálogo eletrônico de padronização, tendo em vista a SEGES /MGI/ME não ter regulamentado tal código.

4.11. Certifico que os serviços a serem contratados se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou da entidade.

4.12. A aquisição dos objetos não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.13. Não há a possibilidade de eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, por tratar-se contratação de serviços comuns.

4.14. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.15. Estudo sobre o prazo da vigência do contrato

4.15.1. Pelas características do objeto a adoção de prazo de contratação maior poderá atrair maior concorrência, melhores preços, participação de empresas mais qualificadas para prestar o serviço, geração de estabilidade e economia pela amortização de investimentos e curva de aprendizado, incentivando a adoção de novos métodos e tecnologias, relacionamento duradouro, de parceria e confiança, reduzindo incertezas do Fornecedor e diminuindo custos processuais com renovações.

4.15.2. Seguindo essa lógica, há jurisprudência do Tribunal de Contas da União permitindo a vigência inicial estendida, com a finalidade de obter preços e condições mais vantajosas para a Administração, como no Acórdão nº 3.320/2013-TCU-2ª Segunda Câmara, no qual se estabeleceu a relevância de considerar "o prazo de vigência de contratos de serviços contínuos deve ser estabelecido considerando-se as circunstâncias de forma objetiva, fazendo-se registrar no processo próprio o modo como interferem na decisão e quais suas consequências. Tal registro é especialmente importante quando se fizer necessário prazo inicial superior aos 12 (doze) meses entendidos como regra pelo TCU.

4.15.2. A Equipe de Planejamento da Contratação compreende que essa regra deve ser entendida de maneira que reste claro que o prazo de vigência fixado atende à sua finalidade, que é a obtenção do melhor preço e das condições mais vantajosas para a administração. Ademais, o prazo de vigência de 60 (sessenta) meses só traz benefícios administração, visto que os procedimentos atualmente adotados para a prorrogação serão significativamente reduzidos. A AGU, já se posicionou favorável ao prazo superior a 12 (doze) meses, Orientação Normativa AGU nº 38/2011, de modo excepcional, em função da peculiaridade do objeto, desde que demonstrado tal benefício. A Orientação Normativa AGU nº 01/2009 dispõe que: "A vigência do contrato de serviço contínuo não está adstrita ao exercício financeiro". Essa Prática já é utilizada em licitações pelo próprio TCU, a exemplo do Pregão eletrônico nº 64/2015, para contratação de limpeza, que estabeleceu 30 (trinta) meses de vigência inicial.

4.15.3. A Lei 14.133/2021 confirmou essa tendência, previu expressamente, em distintos dispositivos, a vigência inicial superior a 12 (doze) meses, dando abertura para contratos com prazo de até 5 (cinco) anos, prorrogáveis por até 10 (dez) anos.

4.15.4. **Destarte, mesmo com a possibilidade de prazo de vigência inicial maior, a EPC optou por um período inicial de 1 (um) ano**, nas hipóteses de serviços e fornecimento contínuo, com base no artigo 106 e 107 da Lei 14.133, como forma de redução dos custos indiretos da gestão de contratos, aumento da concorrência, com a expectativa de melhores preços e a participação de empresas melhor qualificadas para prestar os serviços e possível ganho de escala para a contratada, em razão da expectativa de maior longevidade do contrato.

4.15.5. A execução dos serviços será iniciada conforme previsto no contrato, contados da data de recebimento do objeto inicial.

5. Levantamento de Mercado

5.1. **Ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.**

5.1.1. O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, considerando as necessidade de consumo, estímulos sustentáveis, análises do ciclo de vida do produto (materiais, fabricação/produção, armazenamento, distribuição, uso e disposição), para determinar a vantajosidade econômica da oferta, considera-se a pesquisa de mercado em termos de economicidade, realizada pelo Mapa Comparativo de Preço ([6683691](#)).

5.1.2. Com o objetivo de compreender a dinâmica do mercado, a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações, identificando possíveis e potenciais empresas e/ou fornecedores no ramo de atividade principal e/ou secundário compatíveis como escopo da presente licitação, a Equipe de Planejamento da Contratação - EPC considerou contratações

similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, mediante o Portal de Compras do Governo Federal, bem como por outras organizações privadas, considerando os parâmetros previstos nos incisos I, II, III, IV e V, do art. 5º estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 que há uma ampla disponibilidade de empreendedores no contexto nacional e/ou internacional que possuem capacidade técnica-operacional de atender a pretensa necessidade da Administração Central do Ministério da Defesa – AC/MD.

5.1.2.1. Neste sentido, ainda analisando contratações realizadas por este órgão, bem como por outros órgãos da Administração Pública, a escolha da modalidade e sua situação, constatados por meio do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, do Ministério da Economia, acessado em 9 de novembro de 2023, às 14h09min. (horário de Brasília-DF) no seguinte endereço: , conclui-se que é comum a aquisição e/ou contratação de serviços com características semelhantes <https://www.gov.br/pncp/pt->, ao pretendido por este órgão, através da realização de Pregão Eletrônico tradicional, foi identificado as seguintes alternativas para a licitação a nível macro:

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços - Período Pesquisado - 04/01/2019 até 9/11/2023

Quadro 4

UASG GERENCIADORA	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	NÚMERO	SITUAÇÃO
110404 - Departamento de Administração Interna	Pregão Eletrônico	00001/2019	Encerrando vigência
114 - Câmara Municipal de Ariquemes	Pregão Eletrônico	00015/2023	Em andamento
257037 - Distrito Sanit. Esp. Indígena	Pregão Eletrônico	00008/2023	Em andamento
160175 - Administrativa da Guarnição de João Pessoa	Pregão Eletrônico	00031/2023	Recebendo proposta
193115 - MMA - IBAMA - Superintendência Estadual	Pregão Eletrônico	00004/2023	Recebendo proposta
090003 - Justiça Federal de Primeiro Grau	Pregão Eletrônico	00024/2023	Recebendo proposta
020201 - Secretaria de Administração	Credenciamento	00023/2023	Encerrada

Quadro 5

Item	Empresa	CNPJ
Agenciamento de viagens	RS Turismo e Eventos - LTDA	16.417.272/0001-21
	Orleans Viagens e Turismo - LTDA	21.331.404/0001-38
	DF Turismo e Eventos - LDTA	07.832.586/0001-08
	Apolo Agência de Viagens e Turismo - LTDA	26.423.228/0001-88

5.1.2.2. Tendo em vista o exposto, visando suprir as necessidades da Administração Central do Ministério da Defesa – AC/MD, mediante os procedimentos apresentados, constata-se dentre todas as variáveis acerca das possibilidades que o mercado nacional e /ou internacional tenha há oferecer, a situação fática do levantamento de mercado apurado pela Equipe de Planejamento da Contratação - EPC avalia as alternativas da solução, com base no que mais se aproxima dos requisitos definido se que promova a competição, e consequentemente a economia de escala, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, técnicos e padronização, bem como a existência de novas metodologias, tecnologias, inovações, práticas de mercado, prazos de entrega, aspectos qualitativos em termos de benefícios, quantitativos, desempenho esperado e proposto, garantias, manutenção, sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural e dentre as possibilidades existentes no mercado, apresente maiores vantagens, segurança jurídica e financeira, mediante a execução direta.

5.1.3. Destarte, da análise das contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, certifica-se que não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades desta Administração.

5.1.4. Ainda, da análise comparativa de soluções de mercado visou elencar as alternativas possíveis de atendimento à demanda considerando, além o aspecto econômico, os aspectos quantitativo e qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação. A solução mercadológica disponível, consolidada e amplamente utilizada é a venda de passagens. Para atendimento da demanda, foi identificada e analisada as possíveis soluções:

Quadro 6

1º Solução	
Realização de contratação direta	
Vantagem:	Celeridade processual; Redução do custo homem-hora; e Recebimento e pagamento célere.
Desvantagem:	Caracteriza-se fracionamento uma vez que ultrapassa o valor máximo; e Não realização do parecer jurídico e/ou parecer técnico, consequentemente uma menor segurança jurídica.
Considerações:	Nesta situação, a dispensa de licitação, baseada no art. 72 e inc. II do art. 75, da Lei nº 14.133/2021. Nesta situação, a referida Lei especifica o rol taxativo dos casos que poderá a licitação ser dispensável. No entanto, ainda que a situação se enquadre nesse rol, a contratação ultrapassa o valor máximo anual permitido, conforme o Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022. A regra é LICITAR. No entanto, a administração pública deve avaliar a conveniência e a oportunidade da contratação sem licitação. Porém, seria a decisão mais não adequada, uma vez que, a aquisição do material não é de grande urgência já que possui uma grande demanda.

Quadro 7

2º Solução	
Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços	
Vantagem:	Não obrigatoriedade da aquisição e indicação de recursos orçamentários; Prazo de vigência de 1 (um) ano, prorrogado por mais um ano; e Preços poderão ser ajustados conforme o mercado, buscando maior economia de escala; e Recebimento conforme a demanda.
Desvantagem:	Dotação orçamentária já esta prevista; Falta de planejamento por essa escolha, uma vez que a Administração já vislumbra adquirir e/ou contratar todo o objeto em tela; Maior tempo (IRP) até a efetiva contratação; Falta de efetivo para gerenciar a Ata; e Riscos com UASG participantes e caronas.
Considerações:	Nesta situação, em especial, não se enquadra em nenhum inciso do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

Quadro 8

3º Solução	
Adesão a Atas de Registro de Preços - Carona e/ou Participante	
Vantagem:	
Desvantagem:	Menor segurança jurídica; e Menor economia de escala
Considerações:	Nesta situação, em específico, não existe no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.NET nenhum material correlato que supra a necessidade deste órgão. Neste contexto, a solução em questão não é amais viável e vantajosa devido à inexistência hoje de um Registro contemplando todas necessidades do órgão.

Quadro 9

4º Solução	
Realização de Pregão Eletrônico	
Vantagem:	Maior segurança jurídica; Maior economia de escala; e Os bens e/ou serviços são comuns.
Desvantagem:	Riscos evidenciados no Gerenciamento de Riscos

Considerações:	Nesta situação, a realização de processo licitatório para suprir a demanda do órgão, com as especificidades particulares do objeto devidamente padronizadas e definidas por este instrumento, conjuntamente com o Termo de Referência e demais documentos necessários e suficientes para melhor atendimento da necessidade.
-----------------------	---

5.1.4.1. Considera-se as vantagens e desvantagens descritas acima, tem-se mostrado mais eficaz e eficiente para atendimento específico da demanda, adicionalmente, a vantagem da celeridade e economicidade processual proporcionadas, o que torna mais vantajoso técnica e economicamente a administração pública, bem como mais célere, se o processo for executado mediante processo licitatório do próprio Ministério da Defesa - MD, ou seja, a 4ª solução - Realização de Pregão Eletrônico.

5.2. Ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições.

5.2.1. Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente aquisição se trata de um material comum, de acordo com inciso XLI do art. 6º, da Lei 14.133 de 2021, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.

5.3. Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular.

5.3.1. Não se aplica ao objeto desta contratação.

5.4. Ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.

5.4.1. Não se aplica ao objeto desta contratação

6. Descrição da solução como um todo

CONDIÇÕES GERAIS

6.1. A descrição da solução como um todo é que a presente contratação tenha como finalidade prover o agenciamento de viagens para à área demandante da Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD, de acordo com a sua necessidade, e ainda, que as especificações, dentro dos parâmetros legais, conforme descrito neste Estudo, visando garantir a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança usualmente chamados de "normas técnicas", bem como a economicidade, ao ciclo de vida e a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade ambiental necessárias para aprovisionar a demanda, em dedicação exclusiva de mão de obra, relacionados à futura licitação.

6.1.1. Agenciamento para realização de reservas, marcações, emissões, alterações, cancelamentos e reembolsos de bilhetes de passagens aéreas nacionais, internacionais e emissão de seguro-viagem internacional, visando atender necessidades de deslocamentos de militares e integrantes desta Unidade Gestora, os quais rotineiramente necessitam locomover-se para outras cidades e demais unidades da Federação.

6.2. A escolha pelo transporte aéreo justifica-se pelos ganhos relacionados ao tempo despendido, à segurança do passageiro e ao custo-benefício resultante desta modalidade de deslocamento (em relação ao marítimo/fluvial ou terrestre, nos casos que caberiam). Inclusive, em alguns casos, sendo o único transporte disponível.

6.3. A solução para a aquisição de bilhetes de passagens aéreas e seguro-viagem mais viável para o momento será com a intermediação de uma agência de viagens, responsável pelas etapas de cotação, reserva, emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes aéreos, conforme orienta a IN 03/2015 SLTI/MPOG, uma vez que a solução da compra direta das cias credenciadas - o sistema de Compra Direta Centralizada do Governo Federal - não está em atividade no momento.

6.4. As solicitações de serviços serão registradas no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) pela CONTRATANTE, que as enviará para a empresa de agenciamento de viagens para atendimento.

6.5. Enquanto o sistema da CONTRATADA e o SCDP não estiverem integrados, a CONTRATADA deverá, após realizar a cotação, submetê-la por e-mail à apreciação da Unidade Solicitante.

6.6. A CONTRATANTE deverá efetuar a análise, escolha das opções e autorização para aquisição, levando em consideração as normas vigentes que dispõem sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, orientando a CONTRATADA sobre seus termos e sobre eventuais alterações.

6.7. A informação do bilhete aéreo emitido será enviada pela CONTRATADA à CONTRATANTE, para conferência e cadastramento no SCDP e envio para o passageiro, caso a tramitação não tenha ocorrido por meio do SCDP.

6.8. Para o perfeito cumprimento do objeto a CONTRATADA deverá dispor de CENTRAL DE ATENDIMENTO para a execução dos serviços solicitados, devendo as requisições serem realizadas diretamente no SCDP, exceto nas situações em que este procedimento seja inviável, e cujo prolongamento cause danos relevantes à celeridade do processo, situações em que as requisições poderão ser realizadas por e-mail ou telefone e somente por servidores formalmente designados.

6.9. A CONTRATADA receberá login e senha de acesso a módulo específico do sistema, que possibilitará a empresa a visualização das solicitações pendentes e o atendimento das mesmas.

6.10. A CONTRATADA deverá inserir no SCDP todos os comprovantes pelos serviços prestados, constando obrigatoriamente, as regras tarifárias de cada bilhete.

6.11. A CONTRATADA deverá gerar relatório mensal por unidade de todos os bilhetes de passagem emitidos, cancelados, alterados, não utilizados e reembolsados. Sempre que necessário, a CONTRATANTE poderá solicitar emissão parcial do referido relatório, caso em que a CONTRATADA deverá fornecer o documento em até 24h (vinte e quatro horas) corridas.

6.12. No caso das viagens internacionais a CONTRATADA deverá ainda orientar o CONTRATANTE, sobre requisitos e regras para entrada em cada país envolvido no deslocamento internacional.

6.13. Os quantitativos previstos e os valores unitários das tarifas dos bilhetes aéreos nacionais e internacionais e seguro-viagem são meramente estimativos.

6.13.1. A CONTRATANTE poderá solicitar a emissão de bilhetes aéreos em quantidades ou valores inferiores ou superiores aos estimados no contrato, desde que não ultrapasse o custo total global de cada item da contratação.

6.13.2. Os valores unitários previstos para os serviços estimativos do agenciamento informados nos itens 1, 2 e 3 serão fixos e conhecidos a partir da contratação da proposta vencedora.

CENTRAL DE ATENDIMENTO

6.14. A CONTRATADA deverá manter, em caráter permanente e de forma ininterrupta, CENTRAL DE ATENDIMENTO, com acionamento por meio do SCDP, e-mail ou telefone, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

6.15. A CONTRATADA deverá manter endereço eletrônico para troca de mensagens e números de contato para atendimento telefônico, cujo dados deverão ser fornecidos à CONTRATANTE no momento da assinatura do termo de contrato, para recepcionar as solicitações por e-mail ou telefone.

6.16. A CONTRATADA deverá realizar procedimento de identificação dos servidores autorizados a utilizar este serviço, mediante confirmação de alguns de seus dados pessoais ou outros que julgar necessários, obrigando-se a manter o sigilo dos dados.

6.17. A CONTRATANTE deverá, após a assinatura do termo de contrato, disponibilizar à CONTRATADA relação informações mínimas necessárias dos servidores autorizados a solicitar serviços por e-mail ou telefone.

6.18. O envio das informações citadas no subitem anterior é indispensável para o início da prestação dos serviços por parte da CONTRATADA, para as demandas solicitadas por e-mail ou telefone.

6.19. As solicitações de serviços serão registradas no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP pela Unidade Solicitante e direcionadas à CONTRATADA, que acessará fila no referido sistema contendo as solicitações pendentes de atendimento, ou receberá a informação por e-mail ou telefone.

6.20. Os bilhetes de passagem de voos nacionais e internacionais emitidos por solicitação via e-mail ou telefone deverão ser regularizados por meio da criação de PCDP no primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, vinculando todos os dados do bilhete de passagem emitido, inclusive a cotação realizada pela CONTRATADA.

6.21. Caso a impossibilidade de formalização da demanda via SCDP perdure além do primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, o e-mail de solicitação constituirá documento hábil para substituir a PCDP para fins de faturamento, sem excluir a necessidade de regularização prevista no subitem anterior.

6.22. As solicitações encaminhadas à CONTRATADA, por e-mail ou telefone, deverão conter todas informações necessárias para o atendimento da demanda.

6.23. Para fins de cadastramento da agência de viagens no SCDP e a geração de login e senha, que possibilitem o acesso as solicitações, a CONTRATADA deverá fornecer no momento da assinatura do contrato:

- a) Nome Comercial da empresa;
- b) CNPJ;
- c) Telefone;
- d) Endereço Eletrônico;

6.24. O envio das informações citadas nos subitem anterior são indispensáveis para o início da prestação dos serviços por parte da CONTRATADA e, para as demandas solicitadas por e-mail ou telefone.

6.25. Caso haja substituição de algum membro da equipe de fiscalização, a CONTRATANTE deverá encaminhar e-mail a CONTRATADA informando a substituição do membro.

6.26. O início da execução do contrato ocorrerá na data da emissão da ordem de serviço;

6.27. No período necessário para integrar seu sistema ao SCDP, a CONTRATADA operará de forma não automatizada (central de atendimento, e-mail ou telefone), não podendo alegar este fato como justificativa para deixar de prestar os serviços.

6.28. As etapas de assessoria, cotação e reserva precedem a emissão de bilhetes.

ASSESSORIA

6.29. Entende-se por assessoria todo o serviço prestado pela CONTRATADA, que visa o auxílio na pesquisa, análise da escolha de melhores opções de voos/rotas, e cotações de todos os voos/rotas disponíveis nas datas solicitadas, consideradas inclusive as promoções tarifárias vigentes, principalmente quando:

- a) não houver disponibilidade em voos sem escala/conexão ou voos com razoável tempo de duração, devendo a CONTRATADA apresentar opções para que seja analisada aquela que apresente a melhor relação custo x benefício para a Administração Pública Federal - APF; e
- b) em virtude de ocorrência de evento, seminário, encontro ou situação semelhante, em que o número de passageiros permita a negociação de melhores tarifas, visando economicidade à Administração Pública Federal.

COTAÇÃO DE BILHETES AÉREOS

6.30. Realizada pela CONTRATADA, são informações dos valores disponibilizados pelas companhias aéreas para aquisição de bilhetes em voos nacionais ou internacionais.

6.31. A cotação deverá apresentar, sempre que possível, no mínimo 3 (três) companhias aéreas distintas, e deverá refletir com exatidão as informações atualizadas de todos os voos disponíveis nas datas solicitadas, consideradas inclusive as promoções tarifárias vigentes.

6.32. A cotação deverá ser enviada no prazo máximo de 2h (duas horas) para viagem nacional e 4h (quatro horas) para viagem internacional.

6.33. O pedido de cotação enviado à CONTRATADA, via e-mail ou telefone, deverá conter, no mínimo:

- a) Número da PCDP, quando a demanda já tiver sido registrada no SCDP;
- b) Nome da unidade solicitante, se for o caso, com e-mail, telefone e servidor responsável pela demanda;
- c) Tipo de viagem: nacional ou internacional;

- d) Data prevista da partida;
- e) Data Prevista do retorno;
- f) Cidade de origem;
- g) Cidade de destino;
- h) Nome completo do passageiro;
- i) Data de nascimento do passageiro;
- j) CPF do passageiro;
- k) Classe de Voo; econômica ou executiva ou primeira classe, no caso de viagem internacional;
- l) Check-list de dados necessários a emissão de passagem e contratação de seguro-viagem, no caso de viagem internacional;
- m) Horários previstos de início e término do trabalho, evento ou missão no destino;
- n) Eventual deficiência do passageiro.

6.34. O resultado deverá ser discriminado por trecho, contendo, além dos dados da solicitação de cotação, as seguintes informações:

- a) Companhia aérea;
- b) País ou cidade de origem e destino;
- c) Duração do voo;
- d) Quantidade e duração de escalas e conexões, se houver;
- g) Datas e horários dos voos e aeroportos utilizados;
- h) Valor da tarifa e taxa de embarque.

RESERVA DE BILHETES AÉREOS

6.35. Precede a emissão de bilhete aéreo, realizada pela CONTRATADA, discriminada por trecho, observadas as disposições contidas neste instrumento, com base nas informações de cotação contidas na etapa anterior.

6.36. A CONTRATADA apresentará pelo SCDP, e-mail ou telefone, a reserva contendo o localizador, a data e hora de validade da reserva e demais dados contidos na cotação para a CONTRATANTE, visando à necessária aprovação.

6.37. Havendo cancelamento em virtude da expiração do prazo da reserva e caso não seja possível reativá-la nos mesmos valores, o procedimento visando à emissão deverá ser reiniciado.

EMIÇÃO DE BILHETES AÉREOS

6.38. Após a realização das etapas de assessoramento, cotação e reserva, a CONTRATADA, realizará a emissão do bilhete aéreo e o enviará à CONTRATADA para conferência e envio ao passageiro.

6.39. As emissões deverão ocorrer somente após determinação de servidor designado pela CONTRATANTE e deverá acontecer no prazo máximo de:

- 4h (quatro horas) para passagem nacional
- 4h (quatro horas) para passagem internacional
- 4h (quatro horas) para seguro de viagem

6.40. Para emissão de bilhetes a CONTRATANTE observará as normas vigentes que orientam a emissão de bilhete de passagem, atualmente contidas na IN SLTI nº 3/2015, orientando a CONTRATADA sobre seus termos e sobre eventuais alterações.

ALTERAÇÃO DE BILHETES AÉREOS

6.41. As alterações de bilhetes aéreos serão requeridas pela CONTRATANTE, por meio do SCDP, e-mail ou telefone, e discriminadas por trecho.

6.41.1. a alteração de Bilhete de Passagem deve ser precedida de nova cotação e reserva, visando subsidiar a decisão sobre a alteração ou cancelamento seguido de nova emissão, o que for mais vantajoso para a AC/MD.

6.42. Caso a alteração possua mudança ou inclusão de destinos, a CONTRATADA receberá solicitação de nova assessoria para indicação das opções que melhor atendam à demanda.

6.43. A alteração de bilhetes aéreos deverá ser precedida de nova cotação e reserva, visando subsidiar a decisão sobre a alteração seguida de nova emissão, ou o cancelamento.

6.44. A alteração dependerá da disponibilidade de assentos e poderá ensejar em aplicação de multas e eventuais diferenças tarifárias estabelecidas pela companhia aérea.

6.45. Imediatamente após a alteração que resulte em crédito, situação na qual o valor do bilhete aéreo original é superior à soma da multa e da diferença tarifária, a CONTRATADA deverá requerer, imediata e formalmente, o reembolso dos valores aos quais a CONTRATANTE tem direito, para que seja efetuada a glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e comprovante das companhias aéreas, discriminadas por CONTRATANTE.

6.46. A CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e no caso da impossibilidade de aproveitamento de crédito, a Unidade Solicitante deverá requisitar o reembolso.

6.47. Nas solicitações de alteração de voos, a CONTRATANTE avaliará a condição do bilhete de forma a tentar utilizar o crédito pendente na remarcação.

6.48. Ao analisar as condições para remarcação, a CONTRATANTE poderá optar pelo voo com melhor relação custo x benefício ou por nova emissão de bilhete aéreo.

6.49. Caso não haja possibilidade de remarcação com aproveitamento do crédito pendente, a CONTRATADA deverá fazer gestões para reembolso do crédito conforme regras tarifárias do bilhete.

CANCELAMENTO DE BILHETES AÉREOS

6.50. O cancelamento se dará pela extinção da demanda.

6.51. A informação de cancelamento será comunicada pela CONTRATANTE à CENTRAL DE ATENDIMENTO, pelo SCDP, e-mail ou telefone, com base nas informações dos bilhetes aéreos emitidos.

6.52. Após o recebimento da informação acima, a CONTRATADA deverá efetuar o cancelamento dos bilhetes aéreos, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, evitando dessa forma a cobrança de taxa de NO-SHOW (não comparecimento de passageiro no momento do embarque para o voo), quando possível, e de acordo com as regras da companhia do bilhete.

6.53. A solicitação de cancelamento poderá ser encaminhada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, pelo SCDP, e-mail ou telefone, com base nas informações dos bilhetes aéreos emitidos.

6.54. Todas as solicitações de cancelamento deverão constar no relatório para controle dos bilhetes aéreos passíveis de reembolso.

6.55. Nos cancelamentos de bilhetes, a CONTRATADA terá direito ao reembolso do valor devido após a aplicação da multa pertinente e conforme regras tarifárias do bilhete.

6.56. A CONTRANTE poderá também optar pelo cancelamento da reserva com aproveitamento de crédito pendente para emissão posterior, desde que seja para o mesmo passageiro e com a mesma companhia aérea, devendo cobrar as multas resultantes dos procedimentos solicitados pela CONTRATADA.

REEMBOLSO

6.57. Imediatamente após o cancelamento, a CONTRATADA deverá requerer, junto à companhia aérea, o reembolso dos créditos provenientes da passagem cancelada. Isso representa, no mínimo, o valor da taxa de embarque.

6.58. A CONTRATADA deverá adotar as medidas necessárias para a efetivação do reembolso tão logo lhe seja solicitado o cancelamento dos bilhetes aéreos ou quando da ocorrência de NO-SHOW.

6.59. O reembolso dos bilhetes aéreos se dará por intermédio de glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e detalhamento das regras aplicadas pela companhia aérea, discriminada pelo CONTRATANTE.

6.60. A CONTRATADA deverá gerar relatório mensal de todos os bilhetes aéreos cancelados, alterados, não utilizados ou reembolsados. O relatório deverá ser apresentado juntamente com os respectivos comprovantes emitidos pelas companhias aéreas, contendo no mínimo:

- a) nome do passageiro;
- b) origem ou destino;
- c) data do voo;
- d) valor pago;
- e) valor da multa;
- f) valor do crédito.

6.61. Sempre que necessário, a CONTRATANTE poderá solicitar emissão de relatório parcial, contemplando os dados acima, caso em que a CONTRATADA deverá fornecer o documento em até 2 (dois) dias úteis.

6.62. A CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e poderá contestar sempre que julgar necessário, devendo a CONTRATADA prestar todas as informações necessárias e solicitadas pela CONTRATANTE.

6.63. A apresentação da fatura de crédito e a consequente glosa do valor ocorrerão, quando for viável e conveniente ao Ministério da Defesa.

6.64. O reembolso obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação, inclusive prazo de reembolso, taxa administrativa e outras penalidades.

6.65. O prazo para reembolso não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, contados da data da solicitação.

SEGURO DE VIAGEM

6.66. A CONTRATADA deverá providenciar, quando requerido pela CONTRATANTE, em até 4 (quatro) horas após a formalização da demanda pelo SCDP, por e-mail ou telefone, no mínimo 3 (três) cotações de seguro-viagem para voo internacional, com seguradoras, para aprovação do custo e autorização da emissão, observando as regras e as coberturas mínimas previstas na Resolução CNSP nº 439/2022.

6.69. A CONTRATADA deverá emitir a apólice ou voucher, no prazo de 4 (quatro) horas após autorização pela CONTRATANTE.

REPASSE

6.70. O repasse refere-se aos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos.

6.71. Os valores citados no subitem anterior serão repassados às companhias aéreas através da CONTRATADA e seus comprovantes deverão ser juntados ao faturamento.

6.72. Os valores devidos pelos serviços prestados de agenciamento de viagem e pelos produtos adquiridos deverão ser cobrados por meio de faturas distintas.

6.73. A quantidade dos materiais requisitados tomou como base o levantamento prévio das necessidades dos usuários que desempenham suas atribuições estabelecidas na Instrução Normativa, conforme Documento de Formalização de Demanda - DFD nº1/COAP/GEOF/DEADI/SEORI/SG-MD (6420718).

6.74. A contratação pretendida está intrínseca e diretamente alinhada ao objetivo estratégico do Ministério da Defesa, presente no Planejamento Estratégico Setorial – 2020/2031 (4906326):

"a) Objetivo Estratégico nº 5 – APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA E A GESTÃO ESTRATÉGICA - Aperfeiçoar os processos decisórios de coordenação e de gerenciamento do conjunto de estruturas, recursos e competências, com o propósito de conduzir a execução de projetos, atividades e ações, a partir de uma visão global, observando os preceitos da transparência e da integridade. Buscar a melhora do desempenho organizacional, a desburocratização dos processos e a otimização do uso dos recursos disponíveis, observando-se as prioridades, tudo objetivando a obtenção da economicidade, da eficiência, da eficácia e da efetividade da gestão na busca dos resultados desejados."

6.75. Analisando as alternativas disponíveis e que atendam às necessidades da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada neste estudo, como pretensão aquisitiva, a ser efetivada mediante procedimento formal de compras, consistirá na aquisição dos itens mencionado no presente Estudo.

6.76. Não se vislumbra, neste momento, vantajosidade e/ou necessidades da contratação de manutenção e de assistência técnica relacionadas ao objeto em tela.

6.77. Nesta senda, almeja-se que essa contratação viabilize alternativas que se mostrem mais vantajosas para a Administração Pública, bem como que os objetos ora adquiridos possuam padrões objetivamente definidos no atual cenário do mercado, seguindo estritamente os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

6.78. Deverá ser fornecida toda mão de obra necessária para transporte e entrega dos materiais, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência.

6.79. Os serviços deverão ser entregues de acordo com o ofertado na proposta e em absoluta conformidade com as exigências contidas no futuro Edital e seus anexos.

6.80. Ao ciclo de vida do serviço, almeja-se como objeto de melhor desenvolvimento, todos por uma boa qualidade, e com o custo vantajoso para a Administração, em conformidade com as legislações vigentes pelos padrões de critérios e práticas de sustentabilidade ambiental.

6.81. Não haverá aceitação da participação de entidades empresariais reunidas em consórcios, tendo em vista que tal associação ocorre quando a complexidade ou tamanho do empreendimento exige a reunião de empresas que, isoladamente, não teriam condições ou interesse na execução do empreendimento. No caso concreto, permitir tal coligação empresarial prejudicará a competitividade, fomentando indevidos acordos entre empresas que tentam dominar o mercado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Em observância ao disposto do inciso III, do art. 40, da Lei nº 14.133/21, as quantidades a serem adquiridas são justificada sem função do consumo e provável utilização.

7.2. O planejamento da aquisição utilizou o método da média aritmética das quantidades pretendidas e provável utilização obtidas a partir de dados concretos da série histórica de consumo dos períodos entre 2019, 2022 e 2023, atentando-se a eventual fato futuro apto a impactar o quantitativo demandado, visando garantir o quantitativo necessário para atendimento de 12 (doze) meses.

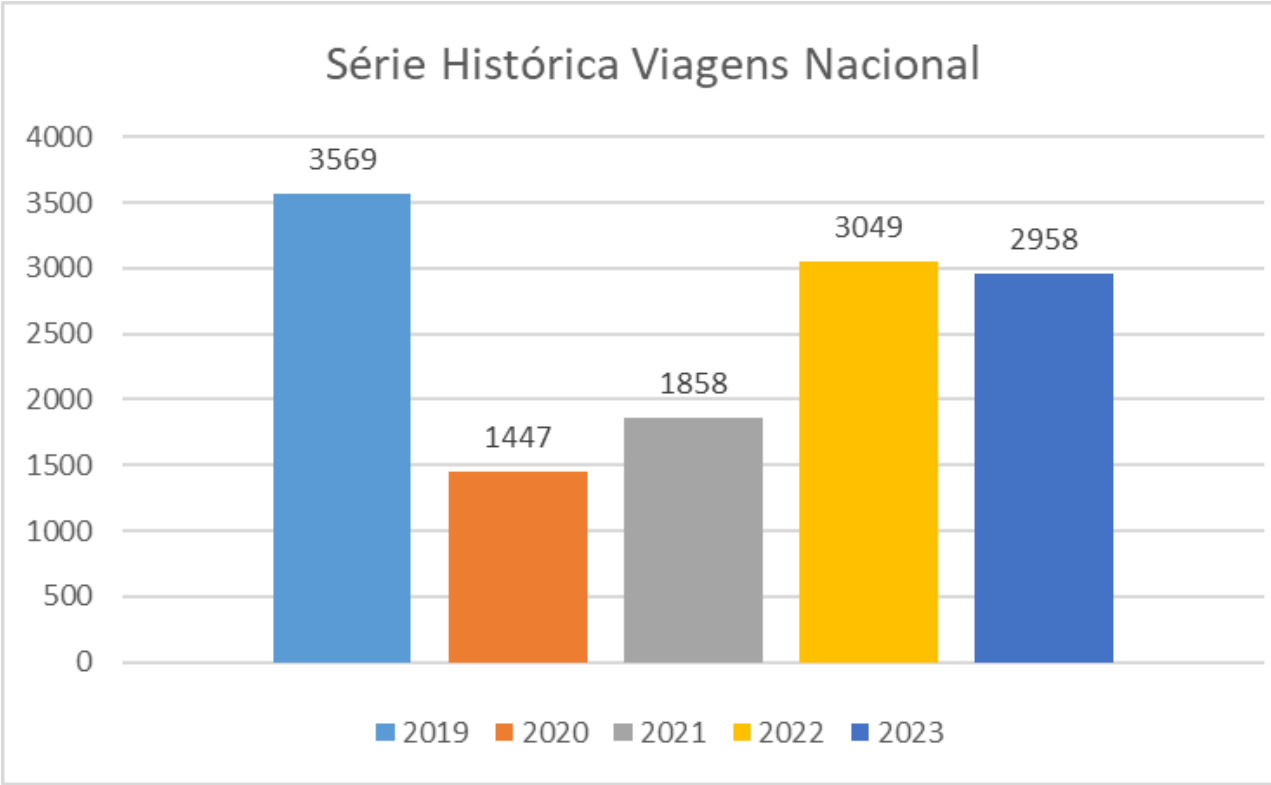
7.2.1. Pra fins do cálculo dos quantitativos foram excluídas as séries históricas referentes aos anos de 2020 e 2021, em virtude da pandemia do Coronavírus. A demanda, nos respectivos períodos, foi reduzida significativamente, o que se incluídos causaria uma distorção nas estimativas nos quantitativos para um ano normal, conforme demonstrado no quadro 10.

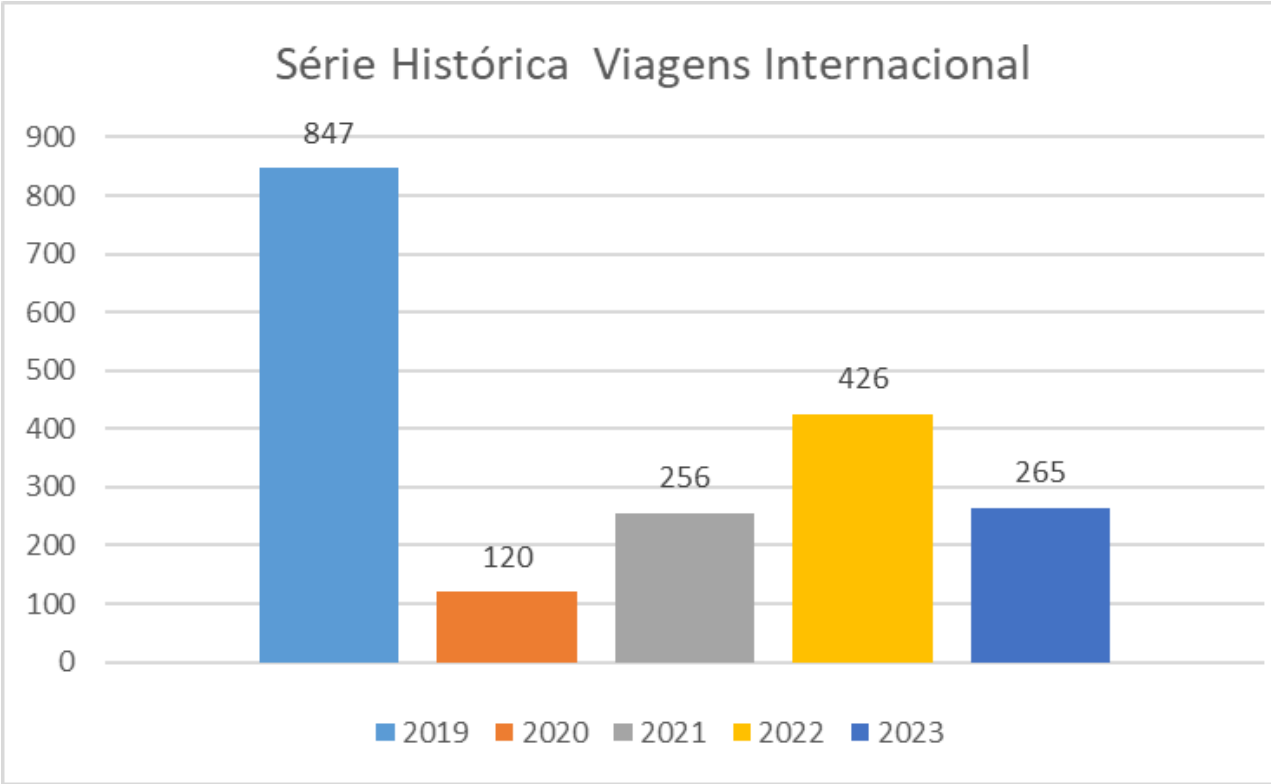
7.3. Para a estimativa dos quantitativos das passagens e seguro internacional foi acrescentada um quantitativo de 66% sobre as quantidades estimadas através da média da série histórica, em virtude de planejamento das ações futuras pela área requisitante para o ano 2024, conforme documento SEI 6696796).

7.4. A quantidade estimada do seguro de viagem está em consonância com a previsão dos quantitativos para viagens internacionais.

Quadro 10

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTD. A LICITAR 2024	QTD. ADQUIRIDA 2019	QTD. ADQUIRIDA 2020	QTD. ADQUIRIDA 2021	QTD. ADQUIRIDA 2022	QTD. ADQUIRIDA 2023
1	BILHETE DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL	3192	3569	1447	1858	3049	2.958
2	BILHETE DE PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL	850	847	120	256	426	265
3	CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL (EXECUTIVO E COMPETIÇÕES ESPORTIVAS)	850	759	111	252	438	301





7.4. A fim de proporcionar economia em escala, as demandas dos diversos setores foram reunidas em um único processo licitatório, o que proporcionará maior publicidade, melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 14.391.162,18

8.1. A estimativa do valor da contratação anual, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS GRUPO ÚNICO							
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	QTD.	UN	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL R\$	
						UNITÁRIO	TOTAL
							ANUAL
	1	Agenciamento de Passagem Aérea Nacional	3719	3.192	UN	5,00	15.960,00

1	2	Agenciamento de Passagem Aérea Internacional	3719	850	UN	5,00	4.250,00
	REPASSES						
	3	Repasse de passagens aéreas nacionais compreendendo: valores das tarifas, taxas de embarque, bagagem despachada e demais taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão de emissão, alteração, cancelamento de bilhetes de passagens nacionais adquiridos. (item não sujeito a lance)	3719	3.192	UN	1.801,54	5.750.515,68
	4	Repasse de passagens aéreas internacionais compreendendo: valores das tarifas, taxas de embarque, bagagem despachada e demais taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão de emissão, alteração, cancelamento de bilhetes de passagens nacionais adquiridos.(item	3719	850	UN	9.583,25	8.145.762,50

	não sujeito a lance)					
5	Repasse do seguro viagem internacional (serviço correlato): valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros de viagem contratados (item não sujeito a lance)	3719	850	UN	558,44	474.674,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL						R\$ 14.391.162,18

8.2. As memórias de cálculos acompanhadas dos preços referências (valores máximo aceitável), quadro 11, conforme prescreve o inc.VI, do art. 9º da IN 58/2022, são aquelas elaboradas através do Mapa Comparativo dos Preços (6758968), realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NUPP, deste Ministério.

8.3. O valor médio unitário da passagem e seguro foi estimado com base nas série histórica e ajustados para às variações atuais do mercado.

8.3.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 14.391.162,18 (*quatorze milhões trezentos e noventa e um mil, cento e sessenta e dois reais e dezoito centavos*), contrato será plurianual, vigência inicial de 01 (um) ano.

8.4. Os itens 3, 4 e 5, passagens e seguro - repasse, não será objeto de lance, será licitado será apenas os itens 1 e 2, serviço de agenciamento, os valores das passagens e seguros serão adquiridos mediante repasses.

8.3. Quanto ao sigilo do valor da aquisição até a conclusão da licitação (inc. VI, do art. 9º da IN nº 58/2022), conclui-se que não possui necessidade de ser classificada como sigiloso ou restrito, uma vez que considerando a divulgação e transparência do valor máximo estimado poderá auxiliar a licitante na elaboração de sua proposta de preços com o valor real e ajustado de mercado para o item, justificando a devida solução de mercado, pela sua efetividade e economicidade para a Administração Pública, uma vez que evitará ocorrência de superfaturamento na apresentação da proposta e auxiliará os processos administrativos na tomada de decisão do agente público.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme disposto no inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133/2021:

[...] II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens; III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

[...]

9.2. O disposto, no entanto, não se aplica a presente demanda. O não parcelamento da presente contratação se justifica por questões operacionais, pela interdependência técnica, com destaque para a sincronicidade das entregas, sendo necessário o agrupamento dos itens, tendo em vista se tratar elementos que seguem padrões de mercado.

9.2.1. A aceitação do parcelamento poderá provocar um aumento significativo de burocracia, ocasionando a conferência de diversas faturas dentro de um mesmo mês, a criação de vários documentos de atestes, podendo principalmente provocar atrasos e descumprimentos dos prazos previstos para pagamentos, além de sobrecarga desnecessária de atividades para a fiscalização do contrato.

9.2.2 Além dos impactos negativos já citados, observa-se ainda que o parcelamento da contratação não se justifica economicamente para o Órgão, tendo em vista o valor de agenciamento ofertado no mercado atual para dos itens 1, 2 do grupo 1 são próximos a zero.

9.3. Por tratar-se de agenciamento, compra de passagens e contratação de seguros, de forma unificada e da mesma agência aérea e visando o princípio da economicidade, não é viável o parcelamento dos serviços contratados.

9.4. Com base no art. 40 § 3º da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento não será adotado quando:

I - A economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - O objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - O processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

9.5. Com base nos arts.78 e 82 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

9.6. A adoção do critério de julgamento será realizada por **menor preço do grupo**.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Quanto a contratações correlatas e/ou interdependentes para os serviços presentes neste instrumento, foi realizado processos com características similares, cujo o objeto se trata de serviços de agenciamento, para o Ministério da Defesa (MD).

10.1.1. Desse modo, o presente processo, tem como base o processo supracitado, visando o mesmo êxito daquela contratação.

10.2. A presente aquisição apresenta-se como uma atividade final, ou seja, é um evento único que após realizado não há a necessidade de se realizar outras contratações.

10.3. Além disso, não devem ser feitas contratações prévias para atendimento dos objetivos pretendidos com essa aquisição.

10.4. A presente contratação ocorre de forma independente, não se vinculando a qualquer outra contratação para que possa surtir seus efeitos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De acordo com o art. 16 do Decreto nº 10.947 de 25 de janeiro de 2022, durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual (PCA), poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.11.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2024

Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;

Id do item no PCA:1564

Classe/Grupo: 911 - Serviços Administrativos do Governo

Identificador da Futura Contratação: 110404-279/2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O resultado pretendido será alcançado com o o agenciamento e emissão das passagens entregues, assegurando a melhoria das condições de trabalho, com o seguro esperado, nas condições e horários definidos pela contratante, visando atender ao consumo dos servidores de modo que este atenda às necessidades do Ministério da Defesa - MD.

12.2. Desta forma, o Ministério da Defesa poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

12.3. Cabe ressaltar, ainda, que os ganhos diretos que se almejam com a contratação, estão relacionados na justificativa da aquisição de cada um dos itens.

12.4. No caso da contratação de serviços, poderá ser elaborado o Instrumento de Medição de Resultado - IMR ou instrumento substituto, se for o caso, e constará como anexo do Termo de Referência.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências para à adequação do ambiente, obtenção de licenças, outorgas e/ou autorizações, à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, tendo em vista que se trata de contratação de serviços comuns e não tem maiores complexidades, bastando que a empresa CONTRATADA cumpra com as obrigações.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais e buscando sanar os riscos ambientais existentes, esta administração realizou a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental.

14.1.1. Sempre que possível e no que couber, deve ser observado, quando da aquisição de bens, o atendimento às normas técnicas, elaboradas pela Assessoria Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos termos da Lei nº 4.150/62, bem como outras similares tudo com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados. Ainda, deverão ser observados, quando couber, os critérios contidos no art. 5º, § 1º, da IN /SLTI nº 01/2010 e os critérios de sustentabilidade ambiental.

14.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e Selo Compulsório, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta equipe de planejamento declara a viabilidade e a razoabilidade nesta contratação, com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante no art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022.

15.2. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD N° 5900, de 7 de dezembro de 2023 (6762454), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD n° 49, de 8 de dezembro de 2023 (6745861), foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

15.2.1. I - na condição de integrante requisitante: SC CURCINO DOS SANTOS, CPF: ***.815.941-**, lotado na WELBER Coordenação do Núcleo de Apoio Operacional (COAP);

15.2.2. II – na condição de integrante administrativo: S Ten (EB) DIAS JORGE (CPF ***964.731-**), lotada na MAGNO Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ);

15.2.3. III - na condição de integrantes técnicos: SC DA SILVA PIRES, CPF: ***.438.031-**, lotado na Coordenação LUCAS do Núcleo de Apoio Operacional (COAP).

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WELBER CURCINO DOS SANTOS

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 28/12/2023 às 15:03:35.

LUCAS DA SILVA PIRES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 28/12/2023 às 15:03:29.

MAGNO DIAS JORGE

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 28/12/2023 às 14:55:51.